Berto naquele recinto. Não poderia imaginar que aquela atividade desotima no Legislativo fosse utilizada como declaração de apoio a um candidato com o qual não tenho nenhuma sintonia política. Quanto a mim desminto qualquer apoio ou participação ao lado deste candidato, dizendo que não aceito, e repito com toda minha indignação, seus métodos naquilo que deseja. Reafirmo a todos os meus amigos e a toda Lavras, que desde a 1ª hora estou e sempre estarei ao lado de MAURÍCIO PAIVA, nº 15.121, para Deputado Federal, diga, Estadual. Aproveito a oportunidade para retratar a verdade e me desculpar pelos fatos ocorridos. Vicente Fátima". Nada mais, foi encerrada a reunião.

Ata da Primeira Reunião Ordinária do Nono Período de Reuniões da Câmara Municipal de Lavras, da Sessão Legislativa de mil, novecentos e noventa e oito. Dos oito dias do mês de agosto do ano em curso, reuniram-se no Plenário "Dr. Orlando Haddad" os Vereadores: Eduardo Louis Naromi - Presidente, Sebastião dos Santos Vieira - Vice-Presidente, Paulo Antônio Cerqueira - 1º Secretário, Luis Carlos dos Santos - 2º Secretário,

Edson Costa da Silva – 1º Tesoureiro, Jair Costa – 2º Tesoureiro, João Batista de Rezende, Edson Neves de Abreu, Nilson Teodoro de Carvalho, Ennio Mendes de Siqueira, Alvaro Eustáquio Pedrosa, Ernandes Castanheira Caetano, Vicente Naime, Cassimiro da Silva, Hélio Mateus da Silva, Camilo Martins André e Sebastião Carlos Torres. Aberta a sessão, a ata da reunião anterior foi lida e aprovada. Nenhum projeto deu entrada na Casa. O Secretário fez a leitura das correspondências recebidas: convite para a noite de autógrafos do livro APESAR DE..., da escritora Vanessa; convite para a reunião dos servidores públicos contribuintes do IPSEMG; ofício 065/98 do coordenador da Unidade de apoio do SENAC/Lavras fazendo explicações sobre a isenção das taxas dos cursos para pessoas carentes; ofício nº 040/98, do Secretário M. Finanças, informando sobre a Receita arrecadada; ofício nº 201/98, da Secretária M. Capacitação e Valorização Humana, comunicando sobre o convênio nº 62.133095/58, celebrado entre a Prefeitura e a Secretaria de Estado da Educação para viabilizar a execução do Projeto Pró-Qualidade de Organização de Cantinhos de Leitura e Biblioteca, com recursos da União; Ofício circular do Ministério da Previdência e Assistência Social, informando sobre a transferência de recursos destinados à manutenção dos serviços assistenciais, nos meses de maio e junho de 1998; convite do 6º CRPM para a solenidade de entrega das homenagens aos profissionais da imprensa; ofícios nºs 230 e 237/98, do gerente de Negócios do TELEMIG, fazendo informações; ofícios nºs 38 e 203/98 do Chefe da Agência do IBGE em Lavras, fazendo informação; ofício nº 202/98, da Secretária M. Capacitação e Valorização Humana, fazendo informação; ofício nº 039/98, da Superintendência de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Lavras, fazendo informação; ofícios nºs 1180/98 ao 1195/98, do Chefe do Executivo, fazendo informações. No momento

seguinte, o Vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa participou aos Vereadores do Ofício nº 1242/98, do Prefeito Municipal, comunicando à Câmara que conforme a reunião feita com o líder do Prefeito na Câmara Vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa, e com o Vereador Cassimiro da Silva, o Executivo determinou a suspensão dos contratos de cobrança da dívida ativa do Município e solicitou à empresa relatório sobre os serviços realizados até quatro de setembro. Depois, passou o Ofício para as mãos do Presidente. O Vereador Cassimiro da Silva pediu a palavra e explicou que a cobrança estava sendo feita de forma irregular, que acompanhou o trabalho e pôde ver que era feita a correção pela UFIR desde 1997 mais dez por cento e um por cento de juros de mora, além dos dez por cento de honorários advocatícios, o que não constava em nenhum contrato. Disse que o contrato ficou cancelado até que fossem resolvidos todos aqueles problemas. O Presidente disse que na hora devida discutiriam sobre aquele ofício. Comunicou aos Vereadores que o Vereador Edson Costa da Silva chegaria um pouco atrasado para a reunião, pois representava a Câmara numa reunião do Conselho Municipal de Saúde. Já na 2ª parte dos trabalhos convidou o Prof. André Louis Lamboldi para fazer parte da Mesa dos Trabalhos e explicou que ele era Professor no Departamento de Ciências Exatas da UFLA e estava ali a convite da Câmara para prestar informações a respeito do Projeto de Lei nº 019/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Autoriza o Projeto Municipal a abrir crédito especial no Orçamento do Município, para implantação de um Polo Tecnológico do Programa SOFITEX 2000 de bolsas e dá outras providências". Com a palavra o Prof. André Louis agradeceu pela oportunidade de poder esclarecer o que re-

apresentava o projeto SOFTEX 2000 para a cidade de Lavras. Explicou que se tratava de um projeto do Governo Federal com o objetivo de implantar em determinadas cidades do País incubadoras de empresas para o desenvolvimento de programas de computadores, o que era a idéia básica. Inicialmente seria implantado em vinte e três cidades do País, sendo que em Minas Gerais foram escolhidas as cidades de Uberlândia, Juiz de Fora e Belo Horizonte, mas o Governo resolveu estender aquele projeto para mais cidades, chamadas de polos, e Lavras foi escolhida como uma delas, assim como Viçosa, devido à presença de Universidade. O Projeto, segundo o Professor, objetivava formar jovens de segundo e terceiro graus a criarem as suas próprias empresas e o primeiro de seu funcionamento era o seguinte: inicialmente seriam selecionados vinte jovens, que seriam treinados durante seis meses nas áreas de administração de negócios, de empresas, assim como montar empreendimentos, marketing, etc.. Depois, daqueles vinte seriam separados dez jovens, que receberiam bolsas e incentivos para montarem suas empresas na incubadora, que seria dentro da UFLA, no Campus velho, onde já estava tudo arrumado, com trinta e dois computadores e todo equipamento de informática necessário ao desenvolvimento de qualquer projeto. Explicou que as bolsas seriam dadas pelo Governo Federal e para os jovens que estivessem cursando o 2º e 3º graus o valor da bolsa seria de duzentos e cinquenta e quatro reais (R$254,00), enquanto para cada empresa montada o valor seria de oitocentos e sessenta e quatro reais (R$864,00). Disse que para que o projeto vingasse, o Governo exigiu uma total integração entre a universidade e a comunidade, exigindo no projeto a presença da Fundação de Apoio, da Univer

sidade e da Prefeitura. O projeto seria gerido através de um conselho, que seria formado por um representante da Prefeitura, um da Universidade e um da Fundação de Apoio. O governo também exigiu a participação financeira também da Prefeitura, para envolver mais a comunidade e dar peso acadêmico o projeto. A participação financeira exigida da Prefeitura era o total de duzentos e quarenta, digo, nove e quatro mil reais (R$249.000,00), durante dois anos, ou mil reais por mês. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira cumprimentou o professor e disse-lhe que depois daquelas explicações viu a importância do projeto, o que era mais um espaço aberto para Lavras, bem como um prestígio para a cidade. Perguntou como selecionariam os estudantes e qual a idade exigida. O Professor respondeu-lhe que seriam selecionados jovens que estivessem cursando o 2º e 3º graus e que haveria uma prova de seleção, no estilo de vestibular, porém, o conteúdo seria sobre informática. Disse que o projeto tinha grande potencialidade para atender estudantes de colégios técnicos e comuns, também os da UFLA e outra vantagem era a existência do curso de graduação de Informática na UFLA e do novo curso de Informática no Colégio Adventista, para o próximo ano. O Vereador Ernani Mendes de Siqueira perguntou ao Professor se aquele projeto atenderia apenas alunos de Lavras. O Professor respondeu-lhe que seriam selecionados apenas alunos de Lavras, bem como as empresas. O Vereador perguntou ainda com quanto as empresas contribuiriam. O Professor explicou-lhe que só iriam receber, o que era incentivo para montar empresas na cidade, ou seja, as pessoas selecionadas montariam suas empresas na cidade. Disse que o investimento inicial do go-

Governo Federal era de duzentos mil reais (R$200.000,00), para o primeiro semestre, e existia uma exigência de que toda empresa montada deveria ser registrada na Junta Comercial e sediada em Lavras. O Vereador Emmir Mendes de Siqueira disse que a sua preocupação se prendia ao fato de as carteirinhas de saúde estarem sendo usadas até por pessoas de cidades vizinhas, às custas de Lavras e nenhum outro prefeito colaborava. O Vereador Evandro Castanheira Loureiro perguntou quando seria iniciado o projeto. O Prof. André Louis informou que seria assinado aquele verba no dia depois de setembro, em Belo Horizonte, mas seria liberada apenas depois que a Prefeitura quisesse participar. O Presidente agradeceu ao Professor pelas suas explicações e disse que a hora dividida o projeto de lei seria apreciado pelos Vereadores. O Prof. André Louis convidou todos os vereadores para conhecerem as salas onde funcionaria o projeto, que era na antiga gráfica, e junto ao projeto seria colocado o núcleo educacional, que visava treinar professores de 1º e 2º graus em informática educativa, para usá-la em sala de aula. O Governo Federal dava os computadores e a Universidade o treinamento. Disse que haviam sido incluídos no projeto do governo para aquele núcleo educacional, mas a Secretaria de Estado da Educação os retirou. Apelou para que os Vereadores intercedessem junto ao governo para a reinclusão da UFLA no Projeto de Informática Educativa. O Presidente observou que o próprio governador estava doando computadores para as escolas. O Prof. disse que a justificativa da Secretaria para que a cidade ganhasse o projeto era que teria de ser a sede da regional administrativa (o que Lavras tinha) e também a regional da educacional, o que não era o caso de Lavras. Disse que sentiram que

foi um jeito de deixarem a região sem aquele núcleo. O Vereador Ennio Mendes de Siqueira disse que aqui lo era o resultado da falta de um representante da cidade no Estado. O Presidente disse ao Professor que a Câmara enviaria ofício ao governo naquele sentido. Depois, agradeceu-lhe pelas explicações dadas à Casa. O Professor agradeceu mais uma vez pela oportunidade de poder explicar sobre o projeto e pediu licença para se retirar. Já na Ordem do Dia, foram discutidos e votados os seguintes projetos: (1) Projetos em 1ª discussão e votação: (a) Projeto de Lei nº 017/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Desafetariza de área verde imóvel no Bairro Conjunto Habitacional Júlio Sidney Pinto (COHAB), para fins de edificação de uma creche escolar, e dá outras providências". O Vereador Evandro Bastamheiro Rosenda requereu regime de urgência para a matéria, o que foi aprovado. Em votação, o projeto foi aprovado à unanimidade. (b) "Projeto de Lei nº 019/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Autoriza o Prefeito Municipal a abrir crédito especial no Orçamento do Município, para a implantação de um Pólo Tecnológico do Programa SOFITEX 2000 de Cotonia e dá outras providências". O Vereador Paulo Antônio Ferreira requereu regime de urgência para a matéria, o que foi aprovado. O Projeto foi aprovado à unanimidade. O Vereador Sebastião Carlos Torres, pela Comissão de Legislação e Justiça, pediu que os Projetos de Lei nºs 023/98, 024/98, 028/98 e 029/98, continuassem aguardando os pareceres das Comissões até que passassem as eleições, o que foi deferido pela Mesa. Quanto ao Projeto de Lei nº 026/98, que extinguia a contribuição do Município para o PASEP, o Presidente disse que

via convidar para a próxima reunião o Assessor Jurídico da Prefeitura, para que prestasse à Casa esclarecimentos sobre a matéria. (2) Projeto em 2ª discussão e votação: Projeto de Lei nº 022/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Autoriza o Prefeito Municipal a doar à Comunidade RENOVAR a importância de R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), para complementar recursos repassados ao Município pela Secretaria Estadual de Assuntos Municipais, no programa Pró-Comunidade, para aquisição de veículo utilitário e dá outras providências". O Vereador Evandro Costa Moreira Lacerda pediu que os Vereadores pensassem bem sobre o importante trabalho desenvolvido pela Comunidade RENOVAR e o quanto significaria a aquisição daquele veículo utilitário tanto para a comunidade da COHAB, como para toda comunidade Lourense. Frisou a Comunidade RENOVAR era completamente apolítica e o seu trabalho estava dando certo e deveria servir de exemplo para outras comunidades. O Vereador Sebastião Carlos Teixeira disse que todos sabiam da dificuldade ocorrida na primeira votação daquele Projeto e sabiam também da responsabilidade passada pelo Prefeito à Câmara. Disse que aquele dinheiro seria importante para a aquisição do veículo, que serviria a toda comunidade de Lavras. Disse que era uma quantia pequena se comparada com o grande serviço que seria prestado. Pediu aos Vereadores que analisassem bem o Projeto e se isentassem daquela responsabilidade colocada pelo Prefeito à Câmara, de doar ou não o dinheiro. O Vereador Ormio Mendes de Siqueira reclamou sobre comentários feitos após a primeira votação do projeto, em que ele teria sido contra a matéria. Disse que simplesmente

mente, por causa de jogos o Projeto poderia ser prejudicado, pois já que disseram que ele votou contra na primeira votação, que foi secreta, ele poderia votar contra naquela segunda. O Vereador Sebastião Carlos Torres pediu aparte e disse que não acreditava que o Vereador tivesse votado contra, porque era um Vereador atuante, principalmente na COHAB, e sabia da necessidade da aquisição daquele terreno. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira disse que também achava de suma importância o trabalho desenvolvido pela Comunidade RENOVAR e que teve oportunidade de conhecê-lo. Disse que os Vereadores deveriam fazer a sua parte, apreciando o Projeto, deixando o seu cumprimento para o Executivo. O Vereador Paulo Carlos dos Santos disse podia parecer que os Vereadores que não se pronunciaram na discussão do projeto eram contra a matéria, o que não era verdade. Disse que a Prefeitura vinha gastando com tantas outras coisas, que em sua maioria não tinham tanta importância para a comunidade, que deveria ser dada aquela ajuda à Comunidade RENOVAR, que fazia um ótimo trabalho comunitário. Parabenizou à Comunidade RENOVAR. O Vereador João Batista de Resende disse que o trabalho da Comunidade RENOVAR realmente deveria ser seguido por outros bairros e que a Câmara tinha a obrigação de apreciar o Projeto, mas só achava difícil que recebessem aquele dinheiro da Prefeitura. O Vereador Edson Alves de Abreu disse que era um admirador do trabalho da Comunidade RENOVAR e jamais seria contra a ajudas daquela natureza. O Vereador Paulo Antônio Cerqueira disse que conhecia ainda o trabalho da Comunidade RENOVAR, no qual já acreditava. Disse que o que a Câmara podia

fazer era aprovar o que era pedido. O Vereador Nilson Teodoro de Carvalho disse que aquela importância não queria dizer nada em comparação a outros gastos da Prefeitura, como pagamento de Secretários fantasmas, contratação de firmas que faziam serviços que outros funcionários da Prefeitura poderiam fazê-los, etc.. O Presidente disse que a Câmara vinha sendo alvo de elogios pelos seus trabalhos. Pediu que os Vereadores considerassem a importância do trabalho da Comunidade RENOVAR, que colaborava para a diminuição dos problemas sociais no Município. Depois, solicitou ao Secretário que procedesse à chamada dos Vereadores para a votação secreta do projeto. Dezesseis (16) Vereadores votaram, pois o Vereador Edson Costa da Silva ainda não havia chegado da reunião do Conselho Municipal de Saúde, onde representava a Câmara. Os votos foram apurados pelos Vereadores Evandro Cantanheira Macedo e Luis Carlos dos Santos. O Vereador Nilson Teodoro de Carvalho acompanhou a apuração. Doze (12) Vereadores votaram a favor; três (03) contra e um (01) em branco. O Projeto foi aprovado. No próximo momento, o Presidente participou aos Vereadores da presença do Juiz da Vara Criminal de Icoaraci, Dr. Orlando Aragão Neto, que compareceu a convite da Câmara para dar esclarecimentos sobre o Projeto de Lei nº 027/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Autoriza o Prefeito Municipal a abrir crédito especial no Orçamento do Município para custeio do pagamento dos sentenciados, com trabalho realizado para o Município, através de convênio com a Vara Criminal da Comarca de Icoaraci, e dá outras providências". Com a palavra, o Dr. Orlando cumprimentou a todos e pediu-lhes desculpas pelo atraso, pois estava chegando de

(3)

ção das eleições. Informou que foi escolhido para presidir a segunda junta eleitoral de apuração de Baixas. Depois, com relação ao Projeto, explicou que quando chegou a Baixas em maio, quando foi permutado com o Dr. Raimundo, já havia sido iniciado o trabalho, mas os presos não estavam sendo pagos, e a Prefeitura havia liberado quatro ou cinco vagas para os presos trabalharem na usina de asfalto e em outros serviços manuais da Prefeitura; explicou que pelo projeto os presos receberiam pelos seus serviços setenta e cinco por cento do salário-mínimo, sem direito a encargos sociais, décimo-terceiro, férias, conforme era previsto pela Lei de Execução Penal. Disse que aquele trabalho possibilitaria a reintegração do preso à sociedade. Informou que recebeu a visita de um advogado da Prefeitura tentando regulamentar aquilo a nível de convênio e então fizeram a estimativa para atender a vinte presos, mas o número dos que seriam atendidos era bem menor, em torno de quatro ou cinco. Disse que estavam trabalhando em Baixas no sentido de reduzir o número de presos, sendo que foram conseguidas doze vagas em penitenciárias para a transferência de presos que não eram da cidade. Disse que aquela "mão" que a Prefeitura e a Câmara poderiam dar fazia parte da qualidade de vida de Baixas poderia ter. Explicou que o benefício atingiria aqueles presos que tivessem bom comportamento e já tivessem cumprido um sexto da pena. Disse que para qualquer cidade era um ponto negativo ter cadeia onde ocorresse rebeliões e fugas de presos, porque não conseguia atrair empresários com intenção de implantar suas empresas. Explicou que na cadeia pública

trabalhem na cidade, conforme previsto em lei. Disse que quando chegou ficou sabendo da área doada para a construção da nova cadeia e concordava que era muito inconveniente uma cadeia no centro da cidade. Falou que também a OAB colaborava para o projeto, oferecendo vagas para os presos no Projeto SEMEAR, para os cursos de pintor, eletricista e pedreiro. Acreditava na recuperação do preso, principalmente de cidades do interior como Lavras, e também que poderia ser uma ajuda a custo mínimo. O Vereador perguntou ao Juiz como eram escolhidos os presos e como o trabalho reduzia a pena. O Dr. Orlando respondeu-lhe que não haveria qualquer polêmica naquela escolha, pois o pedido deveria ser feito por um advogado, ou pelo promotor, que teria ouvido e deveria ter o atestado de bom comportamento do preso expedido pelo Diretor do Presídio e para cada três dias trabalhados era reduzido um da pena. O Vereador perguntou sobre o custo de um preso para o Estado. O Juiz respondeu-lhe que para preso em cadeia pública o Estado garantia em torno de oitocentos reais, para cada preso; já em penitenciária, de mil e duzentos a mil e quinhentos reais. O Vereador perguntou em que eram gastos aqueles oitocentos reais. O Juiz explicou-lhe que em salários dos carcereiros, controle externo pela Polícia Militar, utilização das viaturas, marmitex, etc.. O Presidente passou as mãos do Juiz cópia de dois ofícios que encaminhou ao Prefeito Municipal, em vinte de maio do ano em curso, sendo que em um pedia a reforma do muro da cadeia pública, com a colocação de grades e telas para possibilitar o banho de sol dos presos; e no outro sugerindo a utilização dos presos em trabalhos como aqueles previstos no projeto de lei. O Juiz leu os ofícios do Presidente e disse

se que a grade já estava parcialmente colocada e os presos já estavam tomando banho de sol. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira disse que ondavam já desconfiados dos gastos do Executivo e perguntou ao Dr. Orlando se não poderia ser enviado anualmente um Projeto de lei já com o número certo de presos que seriam atendidos e quanto seria liberado de verba para aquela finalidade. O Juiz respondeu-lhe que efetivamente só seria feito o pagamento a quem tivesse direito e que não era possível determinar o número de presos que seriam atendidos porque a população carcerária era flutuante. Disse que a Câmara estaria autorizando um limite de gasto e que não teria como ser pago a mais porque deveria ser feita uma prestação de contas mensalmente. Disse que o Promotor seria a pessoa responsável pela fiscalização do projeto e que seriam atendidos apenas presos da Comarca de Lavras. O Vereador Nilson Teodoro de Carvalho disse ao Juiz que a preocupação era com os gastos do Município, que estava já em situação financeira difícil. O Juiz disse-lhe que deveriam considerar que Lavras queria captar empresas, mas para isso deveria oferecer qualidade de vida, que envolvia a tranquilidade carcerária. O Vereador Sebastião Carlos Torres disse que as explicações dadas pelo Juiz elucidaram para ele o Projeto e entendeu a preocupação da Justiça e do Município e que era bastante necessária aquela liberação da verba, que na verdade acabaria trazendo economia para o Município, porque serviços da Prefeitura seriam feitos pagando-se muito menos por eles. Disse que talvez até na limpeza pública os presos futuramente poderiam

com respeito ao que disse o Juiz sobre o local em que o preso deveria cumprir a sua pena. O Juiz explicou-lhe que a lei estabelecia que o preso cumpriria a sua pena no local mais próximo ao de sua família, o que possibilitaria a recuperação do preso. Explicou que estavam transferindo presos que pertenciam a outras cidades e que ofereciam risco à comunidade. O Vereador disse que sabia que não existia no Orçamento do Município rubrica para aquela despesa, mas poderia ser aberto aquele crédito especial e no final do ano ele seria estornado ou complementado. O Juiz disse ainda que a grande despesa com os presos quem pagava era o Estado, mas se a Prefeitura pudesse dar aquela colaboração estaria ajudando na tranquilidade da sua população, diga, do povo da cidade. O Presidente agradeceu ao Juiz pelas suas explicações e o parabenizou pelo seu gesto. Colocou a Câmara à sua inteira disposição. O Juiz falou da ligação de sua família com a cidade e que achou interessante a implantação daquele projeto. Disse ainda que estavam estudando critérios para a distribuição das cestas básicas para as entidades filantrópicas. Explicou que estavam recebendo cestas básicas daquelas pessoas que foram julgadas culpadas por crimes menores, em vez de terem de pagar multas ou outro apenamento mais leve. Disse que tudo aquilo contribuía para melhorar a qualidade de vida na cidade. Também se colocou à disposição da Câmara e pediu licença para se retirar. O Presidente passou então o Projeto de Lei pelas Comissões Permanentes e os pareceres exarados foram discutidos, votados e aprovados. O Projeto foi para a ordem do Dia da próxima reunião, para primeira discussão e votação. Já na quarta parte da reunião, nos pronunciamentos dos Se-

vereadores inscritos, o Vereador Sebastião dos Santos Vieira disse que foi procurado por várias pessoas com o problema da cobrança dos impostos que vinha sendo feita pela firma contratada pela Prefeitura e assim como toda a Câmara se envolveu naquela questão; mas depois que o Vereador Álvaro Eustáquio Fonseca leu o ofício do Prefeito onde constava que o contrato com a firma foi cancelado, a pedido do líder do Prefeito, do Vereador Cassimiro da Silva, viu o quanto foi indelicado com a Câmara o Prefeito. Disse que não ficou satisfeito com resposta, porque ele também fez a sua parte, mas não poderia mostrar para aquelas pessoas que o procuraram. O Vereador Cassimiro da Silva disse que se reuniu com o Prefeito como Presidente do PFL, tanto que assim foi constado no ofício do Prefeito, e ele achava que o Executivo fez bem em cancelar o contrato. O Presidente disse que foi determinado à Comissão de Legislação e Justiça que fosse falar com o Prefeito e trouxesse alguma solução para o problema. Não desmerecia o trabalho dos Vereadores Álvaro Eustáquio Fonseca e Cassimiro da Silva, mas achava que poderia ter respondido que atendeu a Comissão de Legislação e Justiça e ao Vereador Cassimiro da Silva. O Vereador Ênnio Mendes de Siqueira disse que mais uma vez o Executivo errou interessadamente. Disse que o ofício deveria ser devolvido para que fosse feita a devida retificação, com o que concordou o Vereador Álvaro Eustáquio Fonseca, líder do Prefeito na Câmara. O Vereador Sebastião Carlos Torres disse não tinha nada contra o Vereador Cassimiro da Silva, mas infelizmente houve mais um equívoco do Prefeito, enquanto era

(3)

da cobrança dos impostos. Disse que a Câmara queria tomar medidas, mas dentro da própria Comissão de Legislação e Justiça decidiram consultar a promotoria antes de fazer coisa, diga, qualquer coisa, e resolveram pedir ao Vereador Cassimiro da Silva que fizesse a consulta, pois ele tinha mais ligação com o Promotor e ficaria mais fácil. O Vereador Cassimiro da Silva pediu a parte e disse que na última sexta-feira esteve junto à firma contratada pela Prefeitura, no antigo Colégio Nossa Senhora Aparecida, e em seguida foi ao PROCON denunciar sobre uma cobrança. Foi depois falar com o Promotor que lhe deu todas as informações sobre a questão e com aqueles argumentos procurou o Prefeito, que acabou tomando aquela medida e mandou o ofício de forma errada para a Câmara. O Vereador Edson Alves de Moura disse que também foi procurado por pessoas com problemas de cobrança de impostos e também queria dar satisfação para todas elas. Deixou claro que não tinha nada contra os Vereadores Álvaro Eustáquio Pedrosa e Cassimiro da Silva. O Vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa se comprometeu em levar o ofício para o Prefeito, que o retificaria. O Vereador Nilson Teodoro de Carvalho disse que talvez o Prefeito estivesse entendendo que apenas os dois Vereadores se preocuparam com a situação e não toda a Câmara. Disse que quase sempre que levava reivindicação ao Executivo, falava que era em nome da Câmara. O Vereador Luis Carlos dos Santos, ao seu tempo, pediu ao Presidente que fossem agendadas uma visita dos Vereadores às obras do aeroporto; uma visita surpresa aos postos de saúde; uma visita às escolas rurais e uma visita às obras da avenida do contorno. Depois, cumprimentou o Presidente pela sua ótima atuação representando à Câmara nos eventos da cidade. O

3

porém uma matéria do Presidente da Câmara publicada num semanário local onde dizia que havia muita fumaça e pouco fogo nos trabalhos da atual administração municipal, mas ele via que atualmente havia muito mais fumaça, quando divulgavam toda semana obras que seriam feitas, enquanto a verdade era outra. Citou a construção da avenida do contorno, para a qual sairia verba; a construção do aeroporto e a recuperação das ruas asfaltadas, que segundo promessa feita na inauguração da usina de asfalto todas as ruas seriam recuperadas até o dia quatro de outubro e até aquela data nenhuma rua do Conjunto Habitacional "João da Cruz Botrel" foi asfaltada. Disse que faltava profissionalismo à administração municipal, que estava descreditada. Depois, disse que soube que a diretoria da SULMAQ enviou um fax ao Prefeito agradecendo-lhe pela doação da área de terreno para a implantação da empresa, mas infelizmente o Prefeito não havia cumprido a carta de intenções e as obras estavam atrasadas há quatro meses e a empresa não podia esperar mais. Disse que apelar para o Presidente para que reconsiderasse da sua decisão e foi informado por ele que as obras seriam iniciadas na semana passada, o que realmente aconteceu, mas apenas na quinta e sexta-feira quando trabalharam com maquinário velho e parou. Ressaltou o quanto significaria a vinda daquela empresa para a cidade, que geraria cerca de duzentos empregos diretos. O Vereador Edson Costa da Silva disse que o mesmo estava acontecendo com a INSHUMOTECH. O Vereador João Batista de Rezende disse que o Executivo estava

(3)

o Município, que estava sem administração. Pediu que fosse enviado ofício ao Prefeito para que tomasse as devidas providências. O Presidente disse que convidaria o Prefeito para a próxima reunião da Câmara, para que pudessem discutir sobre as obras, de uma forma geral. O Vereador Evandro Castanheira Loureda disse que embora a declaração do Secretário M. Saúde sobre a marcação de consultas, ele pôde ver que o sistema de marcar consultas por telefone não funcionara, porque ele mesmo tentou por inúmeras vezes e não conseguiu. Disse que era um problema que precisava ser resolvido. O Vereador Edson Costa da Silva pediu aparte e disse que na reunião anterior pediu que fosse enviado ofício pedindo que a marcação de voltasse a ser como era antes ou que fosse criado um Ponto Secorre ambulatorial vinte e quatro horas. Disse que o Secretário sabia que estava errado mas não voltava atrás. Um outro assunto edoçado pelo Vereador Evandro Castanheira Loureda foi com respeito àquelas pessoas que deixaram de pagar os alvarás à Prefeitura porque decidiram esperar a decisão da Justiça sobre a ação proposta pela ACIL contra os novos valores dos tributos. Disse que na época o Prefeito baixou decreto concedendo desconto àqueles que pagassem seus impostos até certa data ou em única parcela. Disse que aquelas pessoas que esperaram devido à pendencia judicial queriam agora pagar os seus impostos e ele requeria que o Prefeito visse a possibilidade de conceder aquele desconto também para elas. O Vereador Edson Costa da Silva, ao seu tempo, disse que estive na reunião do Conselho Municipal de Saúde e para o seu espanto soube que o Prefeito não havia ainda sancionado a redação final do Projeto [illegible]

de Saúde a obrigatoriedade de ser o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, e baseado naquilo não pôde ser escolhida a nova diretoria do Conselho e as coisas continuariam no mesmo pé. Disse que esperava que a Câmara fosse solidária com a decisão da Conferência Municipal de Saúde, caso houvesse o veto do Executivo. Quanto a saúde em si, estava cada vez pior e a gestão Plena de Saúde trazia sérios problemas para a saúde, sendo que os recursos que chegaram naquele mês foram superiores em trinta mil reais e deveria haver corte de 3,6% do que era repassado para os hospitais, de maneira global. Disse que no Hospital Paulo Menicucci foram cortadas mais trinta AIHs e o resultado daquilo seria a dificuldade que encontrariam para as internações. Disse que o Pronto Socorro não era pago há quatro meses e estava na iminência de ser fechado. Lembrou que quando da última visita do Prefeito à Câmara educou a sua preocupação com a gestão Plena de Saúde, porque achava que a saúde virava um caos. Quando terminaram os pronunciamentos, o Presidente participou aos Vereadores que no dia seguinte, às 09:00 horas seria realizada uma reunião na Câmara, onde participariam a ACIL, o SEBRAE, a UFLA, a OAB, a Associação Médica e a Associação Odontológica, bem como outros representantes de outros segmentos da comunidade, e quando seria apresentado pelo Assessor Jurídico da Prefeitura o anteprojeto do novo Código Tributário do Município de Lavras. Convidou todos os Vereadores para também participarem daquela reunião. A Mesa deferiu os seguintes requerimentos para que fossem enviados às autoridades competentes: (a) do Vereador Ennio Mendes de Si

queira; pedindo informação sobre os gastos da municipalidade com a realização de um comício no dia 02/09/1998; pedindo a lista das famílias beneficiadas com cestas básicas cedidas pela Prefeitura; pedindo a construção de uma ponte de concreto na rua Maria Mesquita Goulart; pedindo a reforma da guarita próxima ao Posto Aeroporto; pedindo a limpeza dos bueiros da cidade; pedindo a relação de todos os pagamentos efetuados pela atual administração à AMALG; pedindo a relação de todos os terrenos doados pela Prefeitura e que tiveram a prescrição do prazo para a construção das obras; pedindo gabinete dentário no Posto, diga, Pronto Socorro Municipal; pedindo medidas para reduzir o problema no trânsito do cruzamento das ruas João Modesto e Francisco Andrade; pedindo providências para acabar com as linhas telefônicas cruzadas; pedindo melhorias no visual dos terrenos do Instituto Gammon, mais precisamente na Av. Dr. Samuel Gammon; pedindo que no próximo ano os alunos matriculados na Escola Municipal Cristiano de Souza, frequentando aulas no período noturno na Escola Municipal Oscar Botelho, fossem transferidos para a Escola Estadual Dona Matarazzo (subscrito pelo Vereador Vicente Naime); (b) do Vereador Jair Costa - informando ao coordenador da Unidade do SENAC em Itaúnas, Sr. Edilson William Lopes, que não fez qualquer pedido de isenção de taxas de cursos do SENAC, (subscrito pelos Vereadores Edson Alves de Abreu, Nilson Teodoro de Carvalho e Sebastião Carlos Torres); (c) do Vereador Nilson Teodoro de Carvalho: enviando cumprimentos ao Pe. Carlos Martinenghi pela "Festa do Trabalhador Rural" na comunidade dos Reis (subscrito pelos Vereadores Edson Alves de Abreu, Evandro Bastamheira Lacerda, Jair Costa e Vicente Naime); solicitando ao coordenador da unidade de Itaúnas do SENAC, Sr. Edil

ben William Lopes, que enviasse correspondência apenas para aqueles Vereadores que fizeram o pedido de isenção de taxas de cursos do SENAC; (d) do Vereador Hélio Mateus da Silva: reiterando pedido de pintura nos redutores de velocidade (subscrito pelo Vereador Paulo Antônio Cerqueira); pedindo a correção do calçamento da rua Maria Barra Mansa; pedindo a colocação de um poste de iluminação no final da rua Ten. Pompeu (subscrito pelo Vereador Paulo Antônio Cerqueira); reiterando pedido de apreensão de animais pelas ruas do Bairro Pitangui; enviando cumprimentos à diretora da Escola Estadual Firmino Costa pela participação da escola no desfile cívico de 7 de Setembro (subscrito pelos Vereadores Paulo Antônio Cerqueira e Louis Carlos dos Santos; enviando cumprimentos ao Instrutor Chefe do TG pelo desfile de 7 de Setembro (enviando cumprimentos, diga, subscrito pelo Vereador Louis Carlos dos Santos), (e) do Vereador Sebastião dos Santos Vieira (subscrito pelo Vereador Paulo Antonio Cerqueira) pedindo a pavimentação asfáltica da rua Paulo Costa Pereira; (f) do Vereador Louis Carlos dos Santos: pedindo a fiscalização de uma fábrica de blocos na rua Nicésia Pereira de Abreu, nº 178, no Bairro Jardim Bela Vista; pedindo a passagem do caminhão de coleta de lixo no final da rua Vicente Camestri, bem como capina e limpeza no local; pedindo a inclusão da propriedade do Sr. Carlos Roberto de Sales no programa "Minas Luz"; pedindo a conclusão da rede de esgoto na rua Santa Rita de Cássia; pedindo a pintura da faixa para pedestres em frente à 10ª Parcheal; pedindo a instalação de um telefone público na rua Vicente Camestri; (g) do Vereador Edvaldo Louis Faroni: enviando abaixo-assinado dos moradores da rua José Custódio Vilas Boas, solicitando mão única na

ra aquela rua; pedindo edificação de placa de sinalização "PARE" entre as esquinas das ruas Carlota Kemper e Dona Inácia; reiterando pedido de serviço tapa-buraco na rua "2", lote "3", no Bairro Olaria; pedindo a instalação de um telefone público na comunidade rural dos Rosas; (h) do Vereador Paulo Antônio Pereira: pedindo a instalação de um telefone público na rua Francisco de Paula Cardoso; pedindo a construção de uma escada ou passagem para pedestres na rua Silvio Menicucci para a rua Armando Amaral; pedindo a construção de uma nova ponte na rua Maria Mesquita Gouvêa; pedindo a capina da rua Dr. Paulo de Oliveira Lima, bem como a pavimentação da mesma; pedindo operação tapa-buraco na rua Eduardo Gomes; pedindo operação tapa-buraco na rua Dr. Jacinto Soeiro; pedindo operação tapa-buraco, digo, recuperação da rua Vitor Bastos; pedindo a pavimentação asfáltica da rua Maria Teresa de Castro; pedindo providências quanto a um galinheiro na rua Dr. Paulo de Oliveira Lima, próximo ao nº 86; (i) dos Vereadores Edson Alves de Moura e Nilson Teodoro de Carvalho: enviando cumprimentos ao Tiro de Guerra, 8º BPMMG, Banda de Música do 8º BPMMG, diretores de escolas, pelo desfile cívico de 7 de setembro (subscritos pelos Vereadores Álvaro Eustáquio Pedrosa, Evandro Castanheira Macedo, Jair Costa, Vicente Naime, Louis Carlos dos Santos, Paulo Antônio Pereira e Emmio Mendes de Siqueira); (j) do Vereador Evandro Castanheira Macedo: pedindo a pavimentação asfáltica das ruas Benedito Valadares e João Natali; pedindo providências quanto ao esgoto correndo a céu aberto na rua Inácio Carvalho de Souza; enviando cumprimentos aos homenageados pela SERFRE - Empresa de Serviços de Publicidade e Pesquisa; (k) dos Vereadores Evandro Castanheira Macedo, Emmio Mendes de Siqueira, Nilson Teodoro de Carvalho e

Eduardo Luis Narami (subscrito pelo Vereador Sebastião dos Santos Vieira): informando ao Prefeito que estiveram no Fórum para analisar o processo de inexigibilidade de licitação e o contrato firmado entre a Prefeitura e o Sr. Sérgio Bossi Gomes para a prestação de serviços especializados de auditoria e consultoria tributária, contábil, financeira e jurídica. Nada mais havendo a ser tratado, por nome de Deus, foi encerrada a reunião.

Vereadores

Ata da Segunda Reunião Ordinária do Nono Período de Reuniões da Câmara Municipal de Ibaiti, da Sessão Legislativa de mil, novecentos e noventa e oito. Aos quatorze dias do mês de setembro do ano em curso reuniram-se no Plenário "Dr. Orlando Haddad" os Vereadores: Eduardo Luis